

EVIDÊNCIAS DO ESTADO DA ARTE NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL

*Júnia Fátima Carmo Guerra **

RESUMO: Desde a década de 1980 que o debate sobre o campo da segurança pública no Brasil vem se intensificando. Esses debates derivam de diversas áreas do conhecimento como o Direito, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Educação e Economia. Mais recentemente, os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Segurança Pública têm contribuído com essas discussões, assim como revistas científicas relativas ao campo. A fim de analisar o estado da arte da segurança pública no Brasil, pesquisou-se o tema e a metodologia científica empregada nas dissertações de seis Mestrados em Segurança Pública do Brasil e de artigos da Revista Brasileira de Segurança Pública, no período de 2015 a 2021. De cunho qualitativo, os resultados demonstram uma tendência para temáticas que envolvem a violência contra a mulher e a segurança pública institucional. Os métodos mais selecionados foram a pesquisa qualitativa, documental e entrevistas semiestruturadas, indicando uma produção científica robusta.

Palavras-chave: Segurança Pública; Estado da arte; Produção Acadêmica.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v6i15.212>

Recebido em 02 de junho de 2023.

Aprovado em 03 de julho de 2023

* Universidade Estadual de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/9695507067905088>



EVIDENCE OF THE STATE OF KNOWLEDGE IN THE FIELD OF PUBLIC SECURITY IN BRAZIL

ABSTRACT: Since the 1980s, the debate on the field of public security in Brazil has been intensifying. These debates derive from various areas of knowledge such as Law, Sociology, Anthropology, Political Science, Psychology, Education and Economics. More recently, *Stricto Sensu* Postgraduate courses in Public Security have contributed to these discussions, as have scientific journals related to the field. In order to analyze the state of knowledge of public security in Brazil, the theme and scientific methodology used in the dissertations of six Masters in Public Security in Brazil and articles in the Brazilian Journal of Public Security were researched, from 2015 to 2021. From a qualitative perspective, the results demonstrate a tendency towards themes involving violence against women and institutional public security. The most selected methods were qualitative research, documentary research and semi-structured interviews, indicating a robust scientific production.

Keywords: Public Safety; State of Knowledge; Academic Production.

1 INTRODUÇÃO

Observa-se um significativo movimento nos debates e publicações sobre o tema da segurança pública no final do século passado e, sobretudo, nas últimas duas décadas. É possível, também, observar um interesse cada vez mais crescente da pesquisa envolvendo diferentes aspectos e temas sobre este campo, possivelmente, em virtude da realidade brasileira cujo histórico e fatos atuais evidenciam uma sociedade marcada pela violência urbana e pela criminalidade.

A Constituição de 1988 aponta uma ruptura em vários aspectos ao tomarmos como base os princípios democráticos que a sustentam em contraposição ao legado autoritário na América Latina. Todavia, as políticas de segurança desenvolvidas pelos governos de cunho reativo para lidar com o fenômeno da violência e do descontrole da proteção social e ordem pública, vem demonstrando emergência em mudar as regras formais da política, do controle, da relação entre Estado e sociedade civil e da hegemonia das chamadas ciências policiais em torno de soluções sociais e legais.

Esse cenário pode ser compreendido a partir da perspectiva de Lima, Sinhoretto e Bueno (2015, p. 125) ao apontarem a “coincidência histórica entre democratização e seus processos descontínuos e crescimento do crime violento, indicador da deterioração de direitos e garantias”. Os autores ainda mencionam que as altas taxas de violência estão associadas a elevadas taxas de impunidade, o que implica na baixa confiança nas leis e nas instituições. E por outro lado, as instituições de segurança pública e justiça criminal, cobradas pela mídia e pela opinião pública, são regidas pela ideia de que algo precisa ser feito a qualquer custo para conter os criminosos, fomentando a prática de medidas de extremo rigor penal, com medidas criminais anacrônicas e discriminatórias (LIMA, SINHORETTO E BUENO, 2015).

Nessa vertente, nota-se que algumas temáticas se tornam primárias no debate da segurança pública como violência, sistema prisional, instituições policiais, políticas públicas e avaliação de políticas de segurança, as quais tem sido objeto de estudo e de trabalhos acadêmicos de diferentes áreas de conhecimento como: Direito, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, educação e Economia.

A partir deste panorama percebe-se que os estudos da segurança pública no Brasil vêm sendo desenvolvidos por campos de conhecimento que dialogam entre si, demonstrando a relevância desta costura interdisciplinar para a produção de conhecimento na área. Embora apresentem uma crescente expansão e intensidade nas discussões, bem como contribuições práticas ao refletir sobre os problemas sociais envolvendo a segurança pública, nota-se que são estudos dispersos entre várias áreas de conhecimento.

Na esteira dessa discussão, acredita-se que a criação de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em segurança pública tenha se dado a partir da emergência em compreender os dilemas sociais que envolvem a violência e a criminalidade, bem como os arranjos institucionais relativos a políticas de



segurança e suas relações de poder, com o intuito de fomentar e disseminar a produção conhecimento sobre segurança e contribuir para a resolução dos problemas prementes.

A intensificação da produção de conhecimento gerada por esses Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Segurança Pública gerou inquietações e questionamentos como: Quais são os temas mais focalizados? Quais os procedimentos metodológicos empregados? Para além dessas indagações, destaca-se a importância em apontar os caminhos que vêm sendo trilhados e os aspectos que são abordados em detrimento de outros. Em outras palavras, a importância de pesquisar o estado da arte de um campo de conhecimento que se entende estar em formação.

Sendo assim, o objetivo central deste estudo é analisar o estado da arte da segurança pública no Brasil, a partir da análise das dissertações de seis Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Segurança Pública e dos artigos publicados na Revista Brasileira de Segurança Pública, entre o período de 2015 a 2021.

É necessário salientar que o estudo do estado da arte de um determinado campo só pode ser considerado se a análise abranger toda uma área de conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções (ROMANOWSKI E ENS, 2006). Por exemplo, para realizar um estado da arte sobre segurança pública no Brasil não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos e/ou estudos sobre as publicações em periódicos da área, caso contrário, ele poderá ser denominado como estado do conhecimento (ROMANOWSKI E ENS, 2006). Portanto, incluiu-se a análise dos artigos publicados na Revista Brasileira de Segurança Pública, uma vez que suas publicações são relevantes e condensam os debates e discussões realizados, semestralmente, no Fórum Brasileiro de Segurança Pública do Brasil.

Ainda há que se destacar que a realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise de um campo em formação, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais (ROMANOWSKI E ENS, 2006). Nesse sentido, justifica-se a necessidade de realizar um estudo analítico do conhecimento acumulado por meio de uma pesquisa documental que tenha como base inventariar e sistematizar as produções da área de conhecimento. Em outras palavras, compreender o estado da arte do campo da segurança pública.

O artigo está estruturado em quatro sessões, além desta introdução. Na primeira sessão é apresentado o cenário acerca dos debates sobre a segurança pública. Adiante, discute-se o estudo do estado da arte de um campo de conhecimento. Em seguida, são apresentados os percursos metodológicos da pesquisa em consonância com os propósitos e fundamentos do estudo do estado da arte e a análise dos dados. Por fim, nas considerações finais, são apresentados os resultados da pesquisa os quais demonstram uma tendência para temáticas que envolvem a violência contra a mulher e segurança pública institucional focada nas políticas públicas e na criminalidade urbana. Os métodos mais selecionados foram a pesquisa qualitativa, documental e entrevistas semiestruturadas, indicando uma produção científica robusta.

2. OS DEBATES SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Nas ciências sociais autores como Cardoso, Seibel e Monteiro (2014, p. 5), demonstram que o debate da segurança pública “sempre esteve fortemente associado a violência urbana”. Os autores apontam que no âmbito do universo acadêmico, a questão da segurança pública tem se tornado objeto de problematização desta área de pesquisa, indicando um aumento expressivo dos Grupos de Trabalhos (GTs) nos eventos acadêmicos e na expansão da produção científica por meio de dissertações, teses, artigos e livros. Além disso, destacam a literatura que se dedicou à produção acadêmica sobre a área da violência, envolvendo as produções de Zaluar (1999), Kant de Lima, Misse e Miranda (2000), Adorno e Barreira (2010) e Lima e Neme (2011).

Ainda no campo das ciências sociais, Vasconcelos (2014) apresenta em sua tese uma pesquisa sobre a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil, relativo ao período de 1968 a 2010, esboçando a sociologia política das ciências sociais. O levantamento de dados demonstra que os estudos políticos institucionais sobre segurança pública tiveram entre 1970 e 1988 repercussão limitada nos GTs de políticas Públicas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e na construção nacional das redes de pesquisas junto a essa associação. O autor descreve que os temas mais discutidos envolviam a violência e os conflitos sociais, se referindo aos estudos urbanos, bem como temas relacionados ao direito, sociedade e violência (VASCONCELOS, 2014).

Na década de 1990, Vasconcelos (2014, p. 367) afirma que mesmo ainda estando “subsumida a outras questões, a segurança pública começa a ampliar seu espaço, em grande parte favorecida pela politização da violência urbana no Rio de Janeiro e já expressando a emergência da conciliação entre segurança pública e cidadania”. Os GTs de políticas públicas da ANPOCS entre 1990 e 1995 reuniam temas associados ao sistema de justiça, violência criminal e segurança pública (VASCONCELOS, 2014), evidenciando a necessidade de se compreender e problematizar a conjuntura do tecido social brasileiro e as respostas do Estado frente às mazelas e demandas sociais, pós Constituição de 1988.

Apesar do esforço em debater e problematizar temas oriundos da segurança pública Cardoso, Seibel e Monteiro (2014) ressaltam que estes balanços da literatura têm dado foco às pesquisas na área da violência, deixando em segundo plano a segurança pública. Essa percepção é reafirmada a partir de algumas considerações de Kant de Lima, Misse e Miranda (2000), os quais indicam que a “temática da segurança pública ainda não se consolidou como uma área de pesquisa em comparação às temáticas da delinquência ou da criminalidade violenta” (CARDOSO, SEIBEL E MONTEIRO, 2014, p. 5).

Sobre esse panorama, Lima, Sinhoretto e Bueno (2015), também descrevem as dificuldades analíticas à compreensão de múltiplas dimensões e desdobramentos que decorrem dos conceitos da segurança em uso nas ciências sociais apontadas por Costa e Lima (2014), ao argumentarem que “as



diferentes posições políticas e institucionais interagem para que a segurança não esteja circunscrita em torno de única definição conceitual e esteja imersa num campo em disputa” (LIMA, SINHORETTO E BUENO, 2015, p. 123).

No campo das ciências políticas nota-se que a maioria das discussões e debates sobre a segurança pública emerge de temas que envolvem as questões jurídicas, penais, institucionais as quais incluem os estudos das políticas públicas a partir do marco da Constituição de 1988, numa clara demonstração de que o paradigma da segurança cidadã vive um paradoxo em relação à realidade social violenta e desigual permeada por instituições fragmentadas e de baixa cultura democrática.

Essa visão é compartilhada por Lima, Sinhoretto e Bueno (2015, p. 124) ao afirmarem que na conjuntura democrática, os discursos de democratização e de defesa dos direitos humanos geraram “fraturas num modelo de ordem social até então hegemônico. Mas, diferentemente do que ocorreu na economia e em outras áreas de política social, a transição democrática não propiciou reformas mais profundas nas polícias, na justiça criminal e nas prisões”.

Esse aspecto incide diretamente em outros campos de conhecimento como o da educação e da psicologia os quais se observa um movimento na busca pela compreensão de uma realidade marcada pela delinquência juvenil, pela violência vivenciada nos meios familiares e no convívio social.

A partir desse cenário nota-se que os estudos sobre a segurança pública no Brasil derivam de diferentes campos de conhecimento, mas que dialogam e se fundem, propiciando uma visão interdisciplinar do tema. Essa diversidade é devida as várias nuances que a segurança pública desperta. Portanto, o estudo do estado da arte da segurança pública não implica em buscar uma única direção para os seus debates ou determinar qual ou quais assuntos são mais relevantes. Ele busca como a próxima sessão demonstrará apontar como eles estão sendo pensados e desenvolvidos a partir das novas contribuições, no caso, as produções científicas dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em segurança pública e da Revista Brasileira e Segurança Pública.

3. O ESTUDO DO ESTADO DA ARTE

Observa-se que compreender as dimensões de um campo de conhecimento permite elucidar pontos ainda pouco evidenciados. A perspectiva contemporânea sobre a segurança pública no Brasil tem revelado não só uma recorrência de temas, dilemas e paradoxos, como também uma constante busca de novos conhecimentos para a solução de problemas práticos. Assim, nota-se uma variedade de ensaios, acertos, erros e novas promessas de abordagens.

Segundo Motta (2013, p. 82), a partir da visão do campo da administração pública,

a introdução de uma nova dimensão teórica revela sua potencialidade para solucionar questões específicas e contribuir para sua validade perante a comunidade, sem possibilidade de gerar verdades absolutas, tampouco de resolver problemas de maneira generalizada.

Nesse sentido e, considerando o campo da segurança da pública, percebe-se que a busca pelo conhecimento de um campo “conduzem a ciência a caminhos não trilhados com uma renovada esperança de contribuir para a solução de problemas” (MOTTA, 2013, p.82). Esse aspecto demonstra que a “análise do campo investigativo é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia” (ROMANOWSKI E ENS, 2006, p. 39).

A partir desse cenário, entende-se que o estudo do estado da arte de um campo poderá contribuir para o seu avanço, não só teórico, como também prático, na medida em que a ciência teoriza a partir da investigação de um fenômeno, ou seja, da empiria.

Embora recentes, os estudos de estado da arte que objetivam a sistematização da produção numa determinada área do conhecimento já se tornaram imprescindíveis para apreender a amplitude do que vem sendo produzido (ROMANOWSKI E ENS, 2006; MONTTOYA, 2005).

Segundo Montoya (2005) a origem do estado da arte se remonta na década de oitenta, quando se ampliaram os estudos da área das ciências sociais na América Latina, os quais procuravam a compilação de informações disponíveis sobre um determinado tópico, com o objetivo de fundamentar políticas e alternativas de ação para o desenvolvimento social.

Esse tipo de pesquisa, que segundo Brandão (1986, p. 7) é usual na literatura científica americana, é pouco conhecido entre pesquisadores no Brasil. O termo estado da arte resulta de uma tradução literal do Inglês, e, conforme a autora, tem por objetivo realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área.

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Considera-se que a realização do estudo da arte implica no desenvolvimento de uma metodologia resumida em três grandes passos: contextualização, classificação e categorização, os quais são complementares por uma fase adicional que permita associar o estado da arte de uma maneira estrutural, decidindo e fazendo análise (MONTTOYA, 2005). Desta maneira, observa-se que o estudo da arte permite a circulação de informações, gera uma demanda de conhecimento e estabelece comparações com outros conhecimentos paralelos a este, oferecendo diferentes possibilidades de compreensão do problema tratado, pois apresenta mais de uma alternativa de estudo (MONTTOYA, 2005).

Assim, o estudo do estado da arte pode ser usado como uma ferramenta para o reconhecimento e interpretação de uma realidade, como proposta metodológica documental e com base para se tomar decisões no campo de conhecimento investigado.



4. PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de cunho qualitativo, uma vez que o estudo demanda uma análise por meio da capturação, identificação, classificação e quantificação, aspectos que envolvem o estudo do estado da arte de uma área. Desse modo, a pesquisa não se restringirá a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas. De acordo com Soares (2000, p. 4), num estado da arte é necessário considerar “categorias que identifiquem, em cada texto, e no conjunto deles as facetas sobre as quais o fenômeno vem sendo analisado”.

O estudo se realizou por meio da pesquisa documental que se baseou na análise das dissertações dos (06) seis Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Segurança Pública no Brasil, disponíveis no sítio eletrônico de cada um e na análise dos artigos oriundos da Revista Brasileira de Segurança Pública, disponibilizados em seu sítio eletrônico, durante o período de 2015 a 2021. Destaca-se que atualmente existem (08) oito Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Segurança Pública no Brasil, porém, foi possível analisar (06) seis, uma vez que as buscas se deram a partir do sítio eletrônico dos Programas, sendo que (02) dois deles não disponibilizaram as dissertações.

O período de 2015 a 2021 foi selecionado por se considerar o período de criação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Segurança Pública cuja maioria se deu após 2012, e a primeira edição da Revista Brasileira de Segurança Pública, que foi em 2007. Outro ponto a se considerar é relativo ao prazo da defesa das dissertações, que são concluídas, no máximo em dois anos. Portanto, um mestrado que iniciou suas atividades após 2012 teve dissertações defendidas em 2014, o que possibilitou pesquisá-las a partir de 2015.

A extração dos dados das dissertações e artigos científicos se deu por meio da leitura da introdução e da metodologia apresentada nas produções. Em seguida, os dados foram organizados e agrupados por temas e por tipo de metodologia, conforme o ano publicado. Posteriormente, os dados foram sistematizados e quantificados no programa Excel 2010.

Destaca-se que a Revista Brasileira de Segurança Pública foi selecionada como unidade de análise por contribuir, desde 2007, com as discussões do campo da Segurança Pública e pelo fato de suas publicações estarem atreladas ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que é uma organização não governamental, apartidária, e sem fins lucrativos, que se dedica a construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área da segurança pública (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021). Além disso, sua relevância é notável ao ter publicado artigos que incluem discussões sobre criminalidade, padrões de policiamento, formação profissional, investigação policial, justiça criminal, justiça juvenil, sistema prisional, sistema socioeducativo, dentre outros, e que foram citados de maneira significativa (REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Por outro lado, a seleção dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Segurança Pública se deu por concentrar uma expressiva produção científica relacionada às linhas de pesquisa que abordam questões sobre cidadania e direitos humanos, permitindo ampliar o escopo da pesquisa, uma vez que a Revista Brasileira de Segurança Pública se concentra mais em temáticas sobre justiça criminal, sistema prisional, padrões de policiamento e a formação policial.

Outro aspecto considerado é que todos os (06) seis Programas investigados oferecem mestrado profissional, podendo contribuir com estudos, análises, avaliações e ações aplicáveis ao fenômeno da segurança pública.

Os Programas pesquisados foram:

- O Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (PPGSP-UFPA), o qual oferta o Mestrado profissional em Segurança Pública. Suas atividades iniciaram em 2002;
- O Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (PPGSPJC), da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, criado em 2004. Oferece o Mestrado profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania;
- O Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade Estadual de Roraima (UERR) cujas atividades iniciaram em 2016 e oferta um Mestrado profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania;
- O Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã (PPGSC), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2018, oferecendo o Mestrado Profissional em Segurança Cidadã;
- O Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS), da Universidade Federal Fluminense (UFF), criado em 2018, ofertando o Mestrado acadêmico em Justiça e Segurança;
- O Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e Cidadania (PPGSPCid), da Universidade do Estado de Minas Gerais, o qual iniciou suas atividades em 2019. Oferece o Mestrado profissional em Segurança Pública e Cidadania.

O Quadro 1- Programa de Pós-graduação em Segurança Pública/Mestrado apresenta os Programas pesquisados, a universidade que o oferece, além da data de início de suas atividades e o quantitativo de dissertações publicadas no período pesquisado.

Quadro n. 1 – Quantidade de Estudos de Programa de Programa de Pós-graduação em Segurança Pública

UNIVERSIDADE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PROGRAMA/MESTRADO							
UFPA - Programa de Pós-graduação em Segurança Pública - (PPGSP-UFPA) - Início das atividades: 2002	08	08	08	08	08	08	08
UFBA - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (PPGSPJC/UFBA) – Início das atividades: 2004	05	16	24	3	-	-	-
UERR - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania - Início das atividades: 2016	-	-	-	11	09	-	-
UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã (PPGSC/UFRGS) - Início das atividades: 2018	-	-	-	-	-	08	08
UFF - Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS/UFF) - Início das atividades: 2018	-	-	-	-	-	-	12
UEMG - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e Cidadania (PPGSPCid/UEMG) - Início das atividades: 2019	-	-	-	-	-	-	12

Fonte: Elaboração própria

É importante salientar alguns limites da pesquisa em virtude da falta de dados, uma vez que foi possível coletar informações completas, relativas ao período de 2015 a 2021, somente da UFPA. A UFBA, que também tem dissertações defendidas desde 2015, não as apresenta em sua totalidade no seu sítio eletrônico. Nesse sentido, os dados dessa universidade foram retirados de um Dossiê publicado com o resumo das dissertações defendidas entre 2010 e 2018, de modo que, os dados referentes ao PROGESP/UFBA, são relativos a 2015, 2016, 2017 e 2018.

Outro ponto a ser ressaltado é que (04) quatro dos (06) seis Mestrados em Segurança Pública, além de não publicarem todas as dissertações defendidas, as publicam por meio de um filtro que possibilita realizar a busca a partir do nome do autor e do título da dissertação e não por ano, o que dificultou a coleta dos dados.

Destaca-se também que o Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade Estadual de Roraima (UERR), o Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã (PPGSC), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS), da Universidade Federal Fluminense (UFF), e o Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e Cidadania (PPGSPCid), da Universidade do Estado de Minas Gerais, foram criados depois de 2016, resultando em dissertações defendidas de 2018 em diante por se considerar os 24 meses de curso de um mestrado. Portanto, a análise desses Programas percorreu a partir de 2018.

Nesse sentido, foram pesquisadas 164 dissertações e 96 artigos da Revista Brasileira e Segurança Pública, totalizando 260 produções científicas.

4.1 Análise dos dados

A pesquisa apoiou-se na análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977, p. 46) objetiva “a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem”.

A categorização dos dados para a realização da análise de conteúdo é uma ferramenta primordial e vai de encontro com os aspectos dos estudos do estado da arte que exige esse mesmo procedimento. Nessa fase se tem em conta a criação e organização de classes para o tratamento da informação, passo que implica em uma recuperação importante da informação e facilita o estudo essencial do fenômeno a ser investigado (MONTROYA, 2005).

Sendo assim, as categorias de análise foram:

- Os temas acerca da segurança pública;
- As estratégias metodológicas, se qualitativa ou quantitativa, bem como os instrumentos de coleta dos dados.

Categoria – Temas de pesquisa

Dentre os sessenta e três (63) temas encontrados entre as 164 dissertações e 96 artigos, os 10 mais debatidos foram por ordem de quantidade:

- Violência contra a mulher (branca, negra e homossexual) - 12%
- Segurança Pública institucional e políticas públicas – 7%
- Criminalidade urbana – 5,8%
- Adoecimento e vitimização dos agentes de segurança pública – 4,1%



Os temas listados abaixo tiveram um quantitativo próximo a 3% cada um e os demais apresentaram porcentagem abaixo de 1, por isso não foram citados.

- Cárcere privado e adolescente
- Medidas sócio protetivas a jovens e adolescentes
- Sistema penitenciário
- Policiamento, gestão e processos
- Funcionalidade e gestão da Polícia Militar
- Formação policial, dentre outros.

Desse quantitativo, destaca-se que Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP) teve uma expressiva contribuição ao discutir temas sobre a Violência contra a mulher; Segurança Pública institucional e políticas públicas; Criminalidade urbana. A temática da violência doméstica contra a mulher foi explorada a partir de dimensões relacionadas à raça e gênero, sendo mais abordada no período de 2018 a 2021, tanto nos Mestrados como na (RBSP). Na publicação do 1º semestre de 2021 da (RBSP), entre os 13 artigos publicados, 08 foram sobre violência contra a mulher. Outro tema também com publicação significativa na (RBSP) foi sobre o Sistema de Justiça Criminal.

Observou-se que os temas, apesar de variados, se concentram mais em aspectos de ordem prática e menos em discussões teóricas que envolvem o setor judiciário. Esta característica talvez seja em razão dos cinco (05) entre os seis (06) Programas investigados ofertarem mestrado profissional, envolvendo linhas de pesquisas sobre cidadania, direitos humanos e políticas públicas.

A criminalidade urbana também foi outro tema significativamente explorado em várias dimensões, dentre elas o adoecimento e vitimização dos agentes de segurança pública marcado pelo contexto da criminalidade, bem como a segurança pública institucional e as discussões e críticas acerca das políticas de segurança pública na tentativa de conter ou de mudar o quadro desanimador da violência urbana brasileira.

Categoria – Percursos metodológicos

Quanto à metodologia a pesquisa qualitativa foi a mais empregada e os instrumentos de coleta de dados mais usados foi à pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas, fundamentados pela pesquisa bibliográfica.

A pesquisa quantitativa também foi empregada em algumas dissertações e artigos científicos, porém, com uma quantidade bem inferior que a qualitativa. Notou-se que em sua maioria, os dados documentais foram os mais explorados, seguidos pelo *survey*. Já a observação não participativa e participativa, bem como o grupo focal, teve pouca aderência nas produções pesquisadas.

Quadro 2: Quantitativo do tipo de pesquisa e instrumento de coleta de dados

Universidades Programas	Qualitativa	Quantitativa	Documental	Entrevista semiestrutu- -rada	Survey	Observação participativa e não participativa	Estudo de caso
PPGSP-UEFP); PPGSPJC/UFB); UER); PPGSC/UFRGS; PPGJS/UFF; PPGSPCid/UEMG	122	42	78	69	17	22	10
Revista Brasileira de Segurança Pública	110	19	69	12	7	4	1

Fonte: Produção própria

No Quadro 2: Quantitativo do tipo de pesquisa e instrumento de coleta de dados, a pesquisa qualitativa se destoa da quantitativa, possibilitando inferir que as produções científicas no campo da segurança pública, no período de 2015 a 2021, lidam com a realidade investigada como um fenômeno em construção, apontando uma visão fenomenológica e menos positivista.

A Revista Brasileira de Segurança Pública, além dos métodos apresentados acima, também contou com publicações baseadas em ensaios teóricos. Entre as 96 publicações observadas entre 2015 e 2021, dezessete (17) foram ensaios teóricos de temas variados. A publicação dos seis (06) artigos, do 1º semestre de 2016, foi toda composta por ensaios teóricos. Essa metodologia não foi possível de ser observada nas dissertações por se tratar de produção científica que exige a pesquisa empírica. Portanto, a análise de diferentes fontes, no caso desta pesquisa, dissertações e artigos científicos, assim como indica o estudo do estado da arte contribuiu para caracterizar o estado da arte da segurança pública, uma vez que não se ateu somente a um campo de produção de conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou estudar o estado da arte da segurança pública no Brasil, considerando a contextualização, classificação e categorização de produções científicas derivadas das dissertações de seis Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Segurança Pública e dos artigos publicados na Revista Brasileira de Segurança Pública, entre o período de 2015 a 2021. Foi possível perceber que o seu campo de conhecimento tem sido explorado a partir de temáticas que afligem a sociedade brasileira como a violência contra a mulher, a segurança pública institucional e políticas públicas, bem como a criminalidade urbana.



Esses temas vão de encontro com as perspectivas de um país democrático de direito que, por sua vez, não conseguiu consolidar as proposições democráticas demarcadas na Constituição de 1988. Para além das discussões oriundas do Direito, da Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Educação e Economia, notou-se que os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Segurança Pública contribuem para as discussões de seu campo, explorando os dilemas sociais vigentes e que se destoam independentes da região onde se localizam. Ou seja, percebe-se que são problemas de ordem nacional e que a introdução de discussões e teorias podem potencializar soluções práticas. A RBSP também vem contribuindo de maneira significativa para a área, uma vez que, além dos temas e métodos explorados nas dissertações, apresenta discussões que envolvem outras áreas de conhecimento e produções de cunho teórico, como os ensaios teóricos, permitindo a circulação de informações e geração de diferentes possibilidades de compreensão do problema tratado.

Quanto a metodologia empregada nas pesquisas foi possível observar que as produções são fundamentadas pela pesquisa qualitativa, indicando uma relação de proximidade e subjetiva com os fenômenos investigados o que permite inferir uma produção de conhecimento construtiva, baseada no que a realidade aponta. A triangulação dos dados foi outro ponto observado nas produções o que gera mais de uma alternativa de estudo, contribuindo para a validação dos dados, para o reconhecimento e interpretação de uma realidade. Assim, apreende-se que o campo de conhecimento da segurança pública no Brasil avançou com as produções científicas dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Segurança Pública e com as contribuições dos artigos publicados na Revista Brasileira de Segurança Pública, apontando para um campo de conhecimento vigoroso e robusto, porém em construção, por considerar o seu dinamismo e a sua multidisciplinaridade. Destaca-se que um campo em construção não desqualifica o conhecimento gerado, apenas aponta para realidades muito complexas, que necessitam de uma visão interdisciplinar e articulada entre as ciências, que por sua vez, denotam epistemologias e metodologias que buscam alcançar as mais variadas possibilidades de compreensão da realidade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; BARREIRA, C. A Violências na Sociedade Brasileira. In.: **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo, ANPOCS, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, Z.; BAETA, A., M., B.; ROCHA, A., D., C.. Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Dois Pontos, 1986.

CARDOSO, G., R.; SEIBEL, E., J.; MONTEIRO, F., M.. O estado da arte da produção acadêmica sobre segurança pública: a ciência política brasileira em foco. **IX Encontro da ABCP**, Brasília, DF, 04 a 07 de agosto de 2014.

FERREIRA, N., S., A.. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. <https://forumseguranca.org.br>. Acessado em junho de 2022.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A., P., M. **Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia**. BIB, Rio de Janeiro, n. 50, 2º Semestre de 2000.

LIMA, R., S.; NEME, C.. Produção acadêmica e segurança pública no Brasil. In: LIMA, Renato Sérgio (org). **Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

LIMA, S.; SINHORETTO, J.; BUENO, S.. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. v. 30 n.1. Janeiro/Abril, 2015.

MONTEIRO, F., M.; SEIBEL, E. J.; CARDOSO, G., R. O Campo da Segurança Pública no Brasil de 2000 a 2013: um mapeamento do debate. **VIII Congresso Português de Sociologia**, Portugal, 2014.

MONTOYA, N., P., M.. Herramientas para investigar: Qué es el estado del arte? **Ciencia y Tecnología para la salud Visual y Ocular**. n. 5: 73-75. Julio, diciembre, 2005.

MOTTA, P., R., M. O Estado da arte da Gestão Pública. **ERA**, São Paulo, v. 53, n. 1, jan/fev. 2013. P. 082-090.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Revista.forumseguranca.org.br. Acessado de julho a outubro de 2022.

ROMANOWSK, J., P..ENS, R., T.. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.



SOARES, M., B.; MACIEL, F., P. Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento. Disponível em: <http://www.mec.inep.gov.br>, 2000. Acesso em: 23 setembro, 2022.

TAVARES, A., G.; VILARINHO, T., F., COSTA, L., D.. Estudo das dissertações de mestrado profissional em segurança pública de universidades brasileiras. **REBESP** v. 12, Especial 2019.

VASCONCELOS, F., T. R. **Esboço de uma Sociologia Política das Ciências Sociais Contemporâneas (1968-2010): a formação do campo da segurança Pública e o debate criminológico no Brasil.** Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 2014. P. 519.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, Sérgio (org). **O que ler na Ciência Social Brasileira.** São Paulo, Brasília, Ed. Sumaré, Capes, 1999.